

AUTOAVALIAÇÃO: UM ASPECTO IMPORTANTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM EAD

SELF-EVALUATION: AN IMPORTANT ASPECT IN THE PROCESS OF TEACHING-LEARNING EAD

Gláucia Lucas Ramiros¹

¹Graduada em Letras (Licenciatura em Português e Espanhol) pela UFSCar e Pós-graduada em Educação a Distância pela UniSEB

Autora responsável: Gláucia Lucas Ramiros. Endereço: Av. José Marques da Silva, n. 1.773. Jardim das Flores. Araras – SP. CEP: 13.607-213. *E-mail*: <glauramiros@bol.com.br>.

RESUMO

Pode-se dizer que a evolução constante da área educacional, não só da modalidade a distância, mas também da presencial, já que tanto os professores quanto os alunos desempenham novos papéis e a transmissão do conhecimento já não é considerada a forma mais eficaz e única de formar sujeitos, exige uma mudança de paradigma na área da avaliação, transformando a cultura da prova na cultura da avaliação.

Acredita-se que os alunos, professores e responsáveis pelo apoio pedagógico que sustenta os cursos em EaD devam considerar os processos avaliativos não como meros instrumentos de aprovação ou reprovação, mas como mecanismos capazes de diagnosticar e definir o caminho mais adequado à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno.

A autoavaliação nos moldes que propõe este trabalho, ou seja, de acordo com currículos flexíveis, utilizando-se das novas tecnologias e com base na autonomia de aprendizagem, possibilita a autorrealização do aluno, pois ele passa a ser movido pelo sentimento de que é capaz de agir e atingir suas metas, desenvolvendo, então, a valorização do “eu”.

Palavras-chave: EaD; Ensino-aprendizagem; Avaliação; Autoavaliação.

ABSTRACT

We can say that the constantly changing educational field, not only the distance mode, but also the presencial as both teachers and students play new roles and the transmission of knowledge is no longer considered the most effective and unique way to train subjects requires a paradigm shift in the area of assessment, changing the culture of test in the evaluation culture.

We believe that students, teachers and those responsible for educational support that sustains courses in distance education should consider the evaluation processes not as mere instruments of approval or disapproval, but as mechanisms able to diagnose and define the most appropriate way to learning and student development. The self-evaluation in the manner that we propose in this work, in other words, in accordance with flexible curriculum, using new technologies and based on autonomous learning, enables the student to self-realization, because he shall be moved by the feeling that is able to act and achieve your goals, then developing the appreciation of the “I”.

Keywords: Distance Learning; Teaching and Learning; Evaluation; Self-evaluation.

INTRODUÇÃO

Em decorrência da propagação e do avanço tecnológico dos cursos a distância, a avaliação da aprendizagem passou a ser um dos temas que vem ocupando as discussões dos envolvidos no planejamento e na execução das propostas pedagógicas dos cursos pertencentes a esta modalidade de ensino. Dessa forma, a avaliação, e mais especificamente a autoavaliação, será o foco de estudo deste trabalho.

Quanto à organização deste artigo, primeiramente será apresentada uma breve introdução sobre a História da Educação a Distância, em seguida será abordada a avaliação junto às características de seus métodos tradicionais e, finalmente, serão discutidos os aspectos que envolvem a autoavaliação nos processos avaliativos em EaD.

Educação a Distância

Pode-se dizer que a Educação a Distância passou por um processo de muitas experimentações (em alguns casos bem-sucedidas, em outros não), iniciadas por meio de correspondências no final do século XVIII, atingindo considerável desenvolvimento a partir de meados do século XIX. Do início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, várias experiências foram colocadas em prática com o objetivo de melhorar as metodologias de ensino por correspondência e, depois, com o grande avanço tecnológico das décadas seguintes, foi a vez da colaboração dos meios de comunicação de massa, principalmente do rádio.

De acordo com Nunes (1993/1994), o marco inicial da Educação a Distância no Brasil também está relacionado ao rádio, com a implantação do Instituto Rádio Monitor em 1939, além do Instituto Universal Brasileiro em 1941, que alcançou relativo sucesso com os cursos por correspondência. No entanto, foi na década de 1960, graças a um acordo entre o MEC (Ministério da Educação) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que ocorreu a experiência de maior destaque no que se refere à expansão do sistema a distância. Conhecido como MEB (Movimento de Educação de Base), o acordo tinha como preocupação básica alfabetizar os milhares de jovens e adultos dos Estados nordestinos por meio de escolas radiofônicas.

Já na década de 1990, após a criação de muitos programas e projetos com o intuito de consolidar a Educação a Distância, este modelo de ensino-aprendizagem foi introduzido no sistema educacional brasileiro como alternativa no contexto do Ensino Superior por meio do Artigo 80 da Lei n. 9.394 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional):

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, s/p).

De acordo com tal evolução, é fato que o Ensino a Distância vem ganhando espaço considerável nas últimas décadas, tanto no cenário internacional, que já se mostra muito bem implantado e regulamentado, como no Brasil, que, embora tenha ganhado destaque nos últimos anos, ainda tenta reverter o imaginário do processo educativo tradicional, que avalia a Educação a Distância como ineficiente em virtude da frieza dos relacionamentos e da distância entre professor e aluno. É evidente que comparar os modelos de ensino-aprendizagem não é de todo incorreto, já que ambos buscam o mesmo objetivo, mas isso pode promover um entendimento parcial do que é

a Educação a Distância e, possivelmente, estabelecer termos de comparação pouco científicos.

De acordo com Saldanha (2008), conceituar Educação a Distância parece ser cada vez mais difícil em função das inovações tecnológicas e sua dinâmica nos processos educacionais. No entanto, estudos apontam para uma conceituação, se não homogênea, mais precisa do que é Educação a Distância de acordo com os seguintes autores:

Para G. Dohmen (1967 apud KEEGAN, 1991, p. 36), Educação a Distância é uma forma de autoestudo em que o aluno se instrui a partir de um material didático, sendo supervisionado por um grupo de professores através de meios de comunicação capazes de vencer as barreiras das longas distâncias.

Para Moore (1973 apud KEEGAN, 1991, p. 37), a Educação a Distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais as ações dos professores são executadas a partir das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros.

Malcom Tight (1998 apud BELLONI, 2003, p. 26) afirma que

Educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos deste processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas sua função será suplementar ou reforçar a interação predominantemente a distância.

De acordo com Rebel (1983 apud BELLONI, 2003, p. 26), que ressalta a liberdade do aluno, a Educação a Distância “é um modo não contíguo de transmissão entre professor e conteúdos do ensino e aprendente e conteúdos da aprendizagem”, o que possibilita maior liberdade ao aluno para satisfazer suas necessidades de aprendizagem, seja por modelos tradicionais, não tradicionais ou pela mistura de ambos.

Para Belloni (2003, p. 106), a *flexibilização* aparece como a mola mestra no contexto do capitalismo, aplicada ao mercado de trabalho, assim como na educação, que apresenta diferentes acepções: a) *a flexibilização de acesso* como alternativa de democratizar as oportunidades: em um “país como o Brasil, esta flexibilização exigiria esforços no sentido de expandir a oferta de cursos de preparação, de criação de espaços de estudos (centros de recursos) e de disponibilização a preços mais baixos dos materiais pedagógicos”; b) *a flexibilização do ensino* para promover o desenvolvimento de habilidades de autoaprendizagem, o que implicaria a oferta de cursos diversificados e modulares, com o uso das mídias e materiais concebidos para a autoaprendizagem e utilizados por alunos do ensino presencial e a distância; c) *a flexibilização da aprendizagem*, que exige do aluno mais autonomia e independência no desenvolvimento de sua capacidade de gerir seu processo de aprendizagem; e d) *a flexibilização da oferta* em função das demandas sociais “numa perspectiva de educação ao longo da vida, o que implicaria um grande esforço de transformação dos atuais sistemas educacionais”.

Sem desconsiderar as possíveis definições e demais características inerentes ao método de Ensino a Distância, é justamente a abordagem ressaltada por Belloni e Rebel, que destacam, respectivamente, a flexibilização e a liberdade do aluno, que este trabalho gostaria de tomar como enfoque.

Educação a Distância e Avaliação

Pode-se dizer que a avaliação está presente de modo constante no dia a dia do ser humano. Dependendo do papel que exercem em determinado momento na sociedade, as pessoas são avaliadas, avaliam e se avaliam. Para esta avaliação, há, de acordo com os padrões da sociedade, alguns modelos a serem seguidos e alcançados. Quando se pensa na área da educação, isso também ocorre, uma vez que os educandos são avaliados quanto à sua capacidade de absorver conhecimentos, desenvolver habilidades e resolver problemas.

Em virtude das possibilidades recentes que as novas tecnologias aplicadas à Educação a

Distância têm proporcionado, fazendo avançar para um ensino com maior flexibilidade e acessibilidade por meio das redes de computadores, surge a necessidade de se repensar os currículos e programas educacionais de modo que fiquem mais flexíveis e adaptáveis às condições dos alunos, com possibilidade de se construírem como sujeitos autônomos, gerindo o seu processo de aprendizagem. Neste cenário a avaliação da aprendizagem torna-se um componente fundamental, pois pode contribuir ou mesmo delimitar a construção do conhecimento do aluno e, conseqüentemente, sua formação.

A avaliação classificatória, orientada pelos estudos docimológicos¹, ou seja, fundamentada no modelo da medida e da seleção social, vem perdendo o seu sentido, principalmente quando o objetivo é avaliar alunos do Ensino a Distância.

Pode-se dizer que a evolução constante da área educacional, não só da modalidade a distância, mas também da presencial, já que tanto os professores quanto os alunos desempenham novos papéis e a transmissão do conhecimento já não é considerada a forma mais eficaz e única de formar sujeitos, exige uma mudança de paradigma na área da avaliação, transformando a cultura da prova na cultura da avaliação (VIANNA, 1997).

É dito isso porque com o método de avaliação tradicional é conservada a concepção de igualdade, de modo que os alunos respondem às mesmas questões, ao mesmo tempo e de acordo com as mesmas condições. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a aprendizagem ocorreu ao mesmo tempo e da mesma forma para todos, o que não é verdade.

Além disso, segundo Cerny e Ern (s/d, p. 11),

[...] na avaliação tradicional, a relação entre avaliador e avaliado pode ser comparada ao que Freire (1970) chama de “relação bancária”, situando o professor/avaliador como o fornecedor, o depositante de conhecimentos prontos da realidade, esperando que os avaliados reproduzam os conhecimentos recebidos.

¹ Docimologia – é o estudo sistemático dos exames e do sistema de atribuição de notas, criado na França em 1920 e difundido para outros países, como Portugal e Estados Unidos.

No entanto, quando se trata da Educação a Distância e dos seus métodos avaliativos, os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem deveriam se fundamentar na relação “de duas mãos”, como disse Nevo (1977, p. 94), uma vez que as duas partes (professores/tutores e alunos) envolvidas no processo têm algo a ensinar e a aprender.

De acordo com este pensamento, acredita-se na chamada autoavaliação, a qual permite ao aluno acompanhar seu próprio trajeto na construção do conhecimento, com a valorização das aprendizagens quantitativas e qualitativas no decorrer do próprio processo de aprendizagem.

Autoavaliação nos Cursos EaD

Ao se falar de autoavaliação, não significa aprovar o abandono de outras formas de avaliação; significa acrescentar a autoavaliação no processo de ensino-aprendizagem, apostando que o próprio aluno deve gerir seus projetos e progressos.

Nesta perspectiva, Both (1999 apud CERNY e ERN, s/d, p. 5) argumenta que

(...) a avaliação e o ensino devem manter simultaneidade e concomitância de ação, de intervenção e de efeito, pois ensinando avalia-se e avaliando ensina-se, ao mesmo tempo. Não significa enfraquecer ou abolir a avaliação no processo de ensino-aprendizagem, mas sim criar uma intimidade de atuação entre ambos, a ponto de se confundirem como processo, isto é, avaliação como ensino por excelência.

Uma vez que os alunos que constituem o público da Educação a Distância geralmente são adultos, os quais muitas vezes já atuam profissionalmente na área do curso escolhido, a autoavaliação fará com que eles percebam onde se encontram em relação aos seus objetivos de aprendizagem, aonde querem chegar e o que será necessário realizar ou modificar para que continuem aprendendo de forma eficaz.

Assim como Gutierrez e Prieto (1994), acredita-se que o mais indicado seria atribuir a corresponsabilidade nos processos avaliativos da Educação a Distância, ou seja, fazer com que os alunos se avaliem e, conseqüentemente, vejam a responsabilidade da aprendizagem neles próprios, o que resultaria em uma ressignificação dos

conteúdos aprendidos com aplicação na própria realidade.

No entanto, ao se pensar nesta proposta, não se pode apostar apenas na espontaneidade e comprometimento dos alunos. Ao contrário, segundo Perrenoud (1999, p. 98), é preciso pensar e elaborar “contratos e dispositivos didáticos muito engenhosos, estratégias de animação e de construção do sentido muito sutis para manter o interesse dos alunos”.

De acordo com o que afirma Perrenoud, não basta dizer que a autoavaliação fará parte dos métodos avaliativos, deixando tudo a cargo dos alunos. É preciso modificar a cultura que envolve a prática de ensino-aprendizagem, mais precisamente os currículos que, na maioria das vezes, mostram-se de forma fragmentada, com base no estudo sequencial e linear, “que pressupõem previamente as etapas a serem vencidas, e usa a avaliação apenas para decretar promoções e reprovações e, principalmente, como ‘um divisor’ que separa uma disciplina da outra” (CERNY e ERN, s/d, p. 7).

Assim, conforme Ramal (2000 apud CERNY e ERN, s/d, p. 7), para estabelecer um modelo de ensino-aprendizagem que enfatize a autoavaliação, é preciso que “o currículo funcione como uma rede, interconectando os saberes em constante (re)construção, de forma multidisciplinar, em que o seu funcionamento dependa de um diálogo permanente entre todos os envolvidos no processo”.

É claro que fazer determinadas alterações e colocar tudo isso em prática não é nada fácil, principalmente porque toma muito tempo dos docentes. No entanto, a Educação a Distância possui ferramentas que podem facilitar as alterações e ajudar a colocar em prática o método autoavaliativo. Isso é possível por meio do uso da tecnologia.

Considerando que cada curso exige instrumentos e critérios avaliativos compatíveis com sua realidade, a avaliação *on-line*, embora cause polêmica no meio acadêmico por estar associada aos exercícios de múltipla escolha, tem um grande potencial a ser explorado, segundo Cerny e Ern (s/d). De acordo com os autores, o projeto TeleTOP2, desenvolvido na Holanda pela professora Collins, considera a avaliação *on-line* uma estratégia capaz de desenvolver a autonomia

dos alunos, uma vez que disponibiliza várias atividades, e o próprio aluno selecionava as que gostaria de fazer. Para Holmberg (1985), esta é uma das maneiras de aproximar o ensino à realidade dos alunos.

As reflexões escritas sobre o curso, as tarefas e a aprendizagem como um todo; as contribuições para fóruns de discussão; a elaboração de artigos, diários e portfólios, etc. são outras maneiras de fazer com que os alunos se avaliem via *on-line*.

No entanto, considerando a opinião dos estudos da área, se o professor/tutor não estiver comprometido em uma interação com o aluno, principalmente o da Educação a Distância, de nada adiantará utilizar e/ou modificar os dispositivos pedagógicos. Dessa forma, o professor/tutor, além de demonstrar sua intenção de avaliador, deve alimentar o diálogo estabelecido com o aluno no processo de aprendizagem para que este seja capaz de se avaliar e, como consequência, estabelecer o rumo de seus estudos. Neste caso, os *feedbacks* podem ser uma boa forma de o professor/tutor dialogar e dar um retorno aos alunos.

Segundo Hadji (2001), o *feedback* é um excelente meio para fazer da avaliação algo mais proveitoso e dialógico, uma vez que o professor/tutor tem a possibilidade de expor aos alunos como eles reagiram ao que foi ensinado e se alcançaram as metas esperadas. No entanto, ainda que o aluno não tenha atingido o desempenho esperado, com o *feedback* ele acaba desenvolvendo a capacidade de perceber que pode ir além do alcançado, ou seja, o aluno se avalia a partir do *feedback* e percebe que ainda não chegou ao seu limite de aprendizagem. Segundo Kaplún (1999), esta forma de avaliação motiva e estimula os alunos a empreenderem esforços para a resolução das tarefas propostas.

Todavia, a partir do momento em que se instaura a cultura do *feedback*, também é preciso desmistificar a cultura que envolve a “noção do erro”, tão comum nos processos avaliativos tradicionais e cursos presenciais.

O erro nos processos de ensino-aprendizagem deve ser visto, tanto pelo professor/tutor quanto pelo aluno, como um ponto de partida para o avanço, e não como fonte de fracasso e supostos castigos. Diante dessa

perspectiva, Cunha (2008, p. 29) afirma que “o erro é necessário ao crescimento”, pois possibilita que os resultados sejam alcançados por outros caminhos que embasem a aprendizagem, proporcionando, assim, outras oportunidades de o aluno aprender.

Diante desses conceitos que norteiam a prática da autoavaliação, Sousa (2008 apud SANCHES, 2008, p. 36) elaborou algumas características a respeito deste processo, que devem ser observadas pelo professor/tutor:

- identificação dos princípios a serem avaliados;
- constatação de apropriação dos conteúdos pelo aluno;
- observação das relações do aluno com seu contexto;
- observação do compromisso do aluno com o processo educativo;
- envolvimento do aluno na comunidade com encontros de grupos, desenvolvendo sua capacidade de relacionamento;
- análise dos produtos conseguidos.

Assim, conforme Cerny e Ern (s/d, p. 13), “os autores Hadji e Perrenoud acreditam que a aposta essencial para um sistema de avaliação formativo é investir na identidade e formação dos professores”, o que, também para este trabalho, é imprescindível na Educação a Distância.

Além da qualificação pedagógica, os professores precisam ser formados para o uso crítico e criativo dos meios de comunicação, de maneira a ultrapassar a mera racionalidade tecnológica, entendendo os meios como ferramentas de comunicação e não de simples transmissão, promovendo o diálogo e a participação, para gerar e potencializar novos emissores ao invés de contribuir para o crescimento da multidão de receptores passivos (KAPLÚN, 1999 apud CERNY e ERN, s/d, p. 13-14).

Diante do que foi exposto até o momento, é válido ressaltar que estas metodologias, bem como o método autoavaliativo, podem encontrar como barreira, além dos professores, como já dito, os próprios alunos, os quais estão acostumados com outros métodos avaliativos, que abrangem um nível de profundidade de conteúdos predeterminados.

É possível dizer que os métodos avaliativos tradicionais são mais cômodos para o professor e, principalmente, para o aluno, uma vez que este não precisa refletir e tampouco expor como está formando seu percurso no processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, cabe ao aluno a tarefa de absorver o conteúdo, seguir os procedimentos e as sequências definidas.

No entanto, de acordo com Cunha (2008, p. 18), quando esta se refere à autonomia do educando em EaD, é evidente que a formação desses alunos, os quais geralmente são adultos, “deve ser compreendida como um processo orientado para a autoaprendizagem”, de modo que os processos de ensino-aprendizagem devem, de acordo com os mesmos parâmetros, basear-se na autoavaliação, considerando a participação ativa do sujeito além de seus interesses e necessidades.

Para a Cunha (2008, p. 18),

Tanto o esforço como a valoração contribuem para aumentar a auto-estima e o incentivo dos alunos no prosseguimento de seus estudos. A autonomia, em sua etimologia, é resultado da composição do pronome reflexivo, de posição atributiva, *autos* (próprio a si mesmo) com o substantivo *nomos* (lei, norma, regra). Para os gregos, significava a capacidade de cada cidade se autogovernar, elaborar seus preceitos e suas leis, dos cidadãos decidirem o que fazer. Era o pleno direito à liberdade política e econômica. É uma qualidade inerente à cidadania. (grifos da autora)

Assim, segundo a autora, considerando que no processo de ensino-aprendizagem a autonomia significa a possibilidade de guiar seus estudos, pode-se dizer que esta revela uma íntima relação com o aspecto político, uma vez que “ter autonomia significa ser autor da própria vida, da sua linguagem e argumentação e do próprio ser” (2008, p. 18). Dessa forma, é válido dizer que a autoavaliação encaminha o indivíduo a uma situação de comunicação, colocando-o em confronto com seus limites e, em muitos dos casos, auxiliando-o a ultrapassá-los.

A autoavaliação nos moldes que propõe este trabalho, ou seja, de acordo com currículos flexíveis, utilizando-se das novas tecnologias e com base na autonomia de aprendizagem, possibilita a autorrealização do aluno, pois ele

passa a ser movido pelo sentimento de que é capaz de agir e atingir suas metas, desenvolvendo, então, a valorização do “eu”.

Diante disso, Libâneo (1990 apud CUNHA, 2008, p. 24) afirma que

(...) aprender é modificar suas próprias percepções (...) daí que apenas se aprende o que estiver significativamente relacionado com essas percepções. Resulta que a retenção se dá pela relevância do aprendido em relação ao “eu” (...) o que não está envolvido com o “eu” não é retido nem transferido.

Assim, acredita-se que os alunos, professores e responsáveis pelo apoio pedagógico que sustenta os cursos em EaD devam considerar os processos avaliativos não como meros instrumentos de aprovação ou reprovação, mas como mecanismos capazes de diagnosticar e definir o caminho mais adequado à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi dito, o objetivo aqui não é propor que o único método avaliativo seja a autoavaliação. Ao contrário, sugere-se que além das provas presenciais, que são exigidas por meio do Decreto 2.494 de 1998, no seu Artigo 7^o, haja uma avaliação da aprendizagem desenvolvida na perspectiva de um processo interativo, associado ao conceito de autoaprendizagem e comunicação, mediado pela tecnologia.

Os projetos em EaD devem privilegiar, portanto, práticas avaliativas que considerem uma metodologia centrada no aluno, para que ele tenha a possibilidade de ampliar suas competências cognitivas, habilidades e atitudes.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

² Decreto n. 2.494, artigo 7: “A avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação, realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, de responsabilidade da Instituição credenciada para ministrar o curso, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto autorizado”.

BRASIL. Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n. 9394/963). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 fev. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

CERNY, R. Z.; ERN, E. **Uma reflexão sobre a avaliação formativa na Educação a Distância**. [s/d]. Disponível em: <http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/pub/GEC/TrabalhoAno2001/uma_reflexao_sobre_a_avaliacao_formativa_na_ead.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2010.

CUNHA, D. S. W. **Conhecimento e Informação: as novas tecnologias da informação e da comunicação na Educação a Distância**. 2008. (material do curso)

GUTIERREZ, F.; PRIETO, D. **A mediação pedagógica: Educação a Distância alternativa**. Campinas: Papyrus, 1994.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Tradução Patrícia Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HOLMBERG, B. **Educación a distancia: situación y perspectivas**. Buenos Aires: Kapeluz, 1985.

KAPLÚN, M. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação e Educação**, São Paulo: Moderna, n. 14, jan./abr. 1999.

KEEGAN, D. **Foundations of Distance Education**. 2. ed. Londres: Routledge, 1991.

NEVO, D. Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: INEP, 1998.

NUNES, I. B. Noções de educação a distância. Brasília: Instituto Nacional de Educação a Distância **Revista Educação a Distância**, n. 4/5, p. 7-25, 1993/1994.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Tradução Patrícia Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SALDANHA, L. C. D. **Fundamentos da Educação a Distância**. 2008. (material do curso)

SANCHES, R. R. **Gestão em Educação a Distância**. 2008. (material do curso)

VIANNA, H. M. Avaliação educacional e seus instrumentos: novos paradigmas. In: SOUSA, E. C. B. M. (Org.). **Curso de Especialização em Avaliação a Distância**: técnicas e instrumentos de avaliação. Brasília: UNB, 1997.